

Anexo 01 - Termo de Referência

1. Introdução

Este Termo de Referência delimita o escopo dos estudos a serem apresentados pelos interessados no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse (o “PMI”) aberto por intermédio do Edital de Chamamento Público nº 01/2017 (o “Edital” ou o “Chamamento Público”), fixando diretrizes de observância obrigatória tanto na elaboração de propostas de realização de estudos (as “Propostas”) pelos interessados proponentes (os “Proponentes”) quanto na elaboração dos estudos propriamente ditos (“os Estudos”) pelos agentes que vierem a ser autorizados nos termos do Edital (os “Agentes Autorizados”).

As Propostas devem estar acompanhadas dos documentos exigidos no Edital todos arrolados em consonância com o disposto no item 4, e devem permitir que Administração Pública Municipal disponha de todas as informações necessárias para proceder à análise formal e substantiva dos seus conteúdos, com vistas a autorizar os Proponentes, ou não, à realização dos Estudos.

Os Estudos devem atender às diretrizes previstas neste Termo de Referência, compreendendo os elementos mínimos relacionados à modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica, de engenharia e tráfego, a seguir descritos. Os requisitos para análise de Propostas e para avaliação e seleção dos Estudos, especificados no Edital, devem ser interpretados em conjunto com as diretrizes constantes neste Termo de Referência.

2. Contexto

O crescente aumento da frota de veículos que trafegam pelos centros urbanos brasileiros tem trazido, dificuldades para os órgãos gestores do trânsito, em adequar o sistema viário para absorver essa demanda sem acarretar prejuízos ao nível de fluidez do tráfego.

No município de Teresina, a frota total de veículos aumentou 40% no período de 2010 a 2016. Destaca-se, também para o mesmo período, o crescimento do transporte individual composto por automóveis de passeio, que tiveram um crescimento de 32% e de ciclomotores, um crescimento de 42%.



O estacionamento rotativo pago e aplicado, em vias públicas, é um instrumento poderoso de gestão do trânsito, e deve estar incluído no rol de políticas públicas para a melhoria mobilidade urbana. Isso exige que a administração municipal busque a maior eficiência e eficácia na oferta desse tipo de serviço à comunidade, de modo a garantir o uso democrático do espaço público urbano, em especial na área central do município e em regiões centrais dos bairros, onde há uma demanda maior por estacionamento devido ao fluxo de usuários.

O objetivo principal do sistema de estacionamento rotativo é permitir o uso compartilhado de um determinado espaço público, no qual o veículo não pode ficar estacionado por um longo período de tempo, período este que pode variar de acordo com a demanda por vagas em uma via ou área específica. Para isso é necessário um sistema de acompanhamento que facilite o controle por parte dos agentes fiscalizadores municipais.

3. Objeto do Chamamento Público

Este Chamamento Público visa o recebimento de estudos de Modelagens de Tráfego, Operacional, Econômico-financeira, Jurídica e de Engenharia para a implantação de sistema de estacionamento rotativo em via pública no município de Teresina e edifício garagem. O Estudo poderá ser proposto em uma ou mais das áreas estabelecidas no anexo II Assim, deverão ser apresentadas modelagens em conjunto ou somente para um determinada áreas selecionadas pelo proponente.

4. Conteúdo das Propostas a serem apresentadas por ocasião do requerimento de autorização para a realização de Estudos.

4.1. Requerimento do pedido de Autorização para os Estudos

O Requerimento de Autorização para estudos deverá observar o modelo disponibilizado no Anexo III: Requerimento de Autorização para o Estudo.



4.2. Documentos de habilitação do Proponente

Os documentos para habilitação do Proponente deverão observar as normas previstas no Edital número 01/2017, item nº 4.

4.3. Plano de estudos

O plano de estudos deverá conter a indicação das atividades que o Proponente pretende realizar, o cronograma e a metodologia para execução, a previsão de dispêndios e o correlato valor de ressarcimento pretendido, acompanhados de informações e parâmetros utilizados para a sua previsão, conforme descritos abaixo. O plano de estudos deverá conter, ainda, a definição preliminar das premissas para a Modelagens de Tráfego, Operacional, Econômico-financeira, Jurídica e de Engenharia do Projeto.

4.4. Objeto

O Proponente deverá indicar, como objeto dos Estudos, apresentação dos estudos na área obrigatória e delimitada para os estudos, e os outros que não são obrigatórios, mas são importantes para uma análise mais detalhadas da implantação do sistema de estacionamento rotativo nas áreas geradoras de tráfegos município de Teresina. Tal inclusão, também irá servir para uma maior autossuficiência econômica do projeto e a máxima eficiência na fluidez do tráfego de veículos motorizados nas regiões escolhidas.

4.5. Cronograma

O cronograma deverá contemplar as fases de planejamento e realização dos Estudos, respeitado o prazo fixado nos termos do item 5.2 do Edital. Caso prefira, o Proponente poderá apresentar mais de um cronograma ou um cronograma para cada gênero de modelagem solicitada.



4.6. Metodologia de execução

A metodologia de execução deverá compreender os métodos a serem empregados para a obtenção de informações, bem como o detalhamento do escopo da Proposta, para a concepção, elaboração e execução dos Estudos. O Proponente deverá, ainda, indicar a forma e os meios para a condução dos Estudos.

4.7. Previsão de dispêndio e valor de ressarcimento pretendido

A previsão de dispêndio com os Estudos deverá indicar discriminadamente todos os desembolsos necessários à concepção, elaboração e execução dos Estudos.

O valor de ressarcimento pretendido deverá refletir os custos previstos para a concepção, elaboração e execução dos Estudos, que deverão ser comprovados pelo Proponente, observado o limite máximo previsto no item 9.2 do Edital 01/2017. O ressarcimento será devido caso os Estudos sejam efetivamente aproveitados pela Administração Pública Municipal para a estruturação do Projeto, não havendo hipótese de ressarcimento de estudos não aproveitados

4.8. Definição preliminar das premissas para a modelagem

A definição preliminar das premissas para a modelagem de tráfego, operacional, econômico-financeira, jurídica e de engenharia do Projeto, constantes do plano de estudos, poderá envolver estimativas e diretrizes para a realização dos levantamentos, estudos, projetos, plantas, cálculos, contratação de consultorias diversas, tendo em vista a plena observância das diretrizes para a apresentação dos Estudos fixadas no Edital 01/2017 e no item 5 desse Termo de Referência.

Demais documentos

Em complemento ao plano de estudos, é facultada aos Proponentes a apresentação de diagnósticos e estudos prévios, bem como de documentos que justifiquem a definição preliminar das premissas das Propostas.



5. Diretrizes para a Realização dos Estudos

Os Estudos deverão partir do pressuposto de que poderá ser proposta uma atualização na legislação municipal que rege o estacionamento rotativo no município de Teresina. Tal alteração tem o sentido:

- a) Atualizar a forma de cobrança do espaço público no sistema de estacionamento rotativo para a moeda nacional corrente.
- b) Propor modificação que melhor se adaptem aos modelos de concessão vigentes na legislação atual.
- c) Estudar a possibilidade de serem estabelecidas garantias pelo poder público para que ocorra melhor distribuição dos riscos entre o parceiro público e o privado.

Os Estudos deverão, também, se pautar na premissa de que uma melhor gestão das vias públicas, através do uso do sistema de estacionamento rotativo, faz parte da política de mobilidade urbana estabelecida no município de Teresina. Desta forma, é fundamental que sejam atendidas e observadas as seguintes diretrizes:

- a) Ampliar a capacidade atual de circulação no sistema viário do Município, aumentando a fluidez do trânsito;
- b) Criar alternativas visando conciliar a oferta de vagas de estacionamento de superfície de alta rotatividade e a necessidade da utilização do sistema viário para a circulação de veículos através da possível supressão de vagas em regiões mais densas, expansão em regiões menos densas ou modificação do perfil horário para cobrança do uso das vagas;
- c) Incentivar a utilização do transporte coletivo de passageiros e dos transportes individuais não motorizados, em detrimento do transporte individual motorizado;
- d) Aperfeiçoar a gestão da oferta de vagas de estacionamento na cidade;
- e) Introduzir mecanismos que possibilitem a modernização, por meio da utilização de tecnologia, do gerenciamento, da operação e do apoio à fiscalização do uso das vagas de estacionamento rotativo em vias públicas em Teresina;



- f) Reversibilidade dos bens necessários à prestação dos serviços, tais como as vagas de estacionamento nas vias públicas e a infraestrutura de fiscalização eletrônica implantada pelo (s) futuro(s) concessionário(s).
- g) Analisar as vias onde deverá ser possível estacionar em apenas um lado, ou vias onde não será possível estacionar em nenhum dos lados, ou seja, os locais onde será proibido estacionamento
- h) Verificar as vias onde vai serão instaladas ciclofaixa, nas quais não será possível estabelecer vagas para estacionamento;
- i) Mapear as áreas de carga e descarga ao longo das vias e suas compatibilidades com o estacionamento rotativo;
- j) Diagnosticar as vias que precisam ser implantados o sistema de estacionamento rotativo, destacando a existência da demanda, classificação da via e características operacionais;
- k) Elaborar o estudo sobre a melhor disposição das vagas, determinado a melhor opção em relação ao estacionamento sobre os ângulos de 30°, 45°, 60° e 90°
- l) Elaborar o plano de sinalização horizontal e vertical, estabelecendo a melhor opção correspondente a cada via diagnosticada.

6. Conteúdo do Estudo

Os Estudos devem contemplar a modelagem de Tráfego, de engenharia, operacional, econômico-financeira, jurídica e de, conforme as orientações a seguir.

Modelagem de Tráfego

- a) Contendo as localizações mais adequadas para os estacionamentos nas vias públicas rua, visando melhorar a fluidez do trânsito, e seus impactos no sistema viário municipal;
- b) Estudo e caracterização das vias que possivelmente serão utilizadas para a implantação de sistema rotativo de estacionamento;
- c) Propondo rotas e modificações no trânsito com o objetivo de melhorar a fluidez em região com alta rotatividade de vagas;
- d) Dispor sobre as adequações das vagas seguindo as determinações da NBR 9050/2015, atualizada na data de apresentação dos estudos.



Modelagem de Engenharia

- a) Avaliação das condições atuais de parada, estacionamento dos veículos, a identificação e cadastro de locais para implantação da infraestrutura necessária
- b) Elaboração do plano de sinalização das vias, destacando a o modelo vertical e horizontal de acordo com a característica da via;
- c) Adequação a distribuição espacial das vagas, considerando acesso e angulações das mesmas.

Modelagem Operacional

A modelagem operacional deverá apresentar a forma e o dimensionamento da gestão do sistema de estacionamento rotativo que será possivelmente implantado no município de Teresina.

Os estudos deverão apresentar o plano de operação e manutenção dos ativos do sistema viário relacionado com o escopo do objeto, destacando o sistema de sinalização horizontal e vertical. Deve ser incluída a política de gestão de pessoal, com detalhamento de custos e despesas. A estrutura física e de pessoal necessária para a adequada gestão do sistema de estacionamento rotativo com a devida justificativa.

- a) Estimativa detalhada dos custos administrativos (incluídos os referentes aos serviços de água, energia e telecomunicações), operacionais e referente a outras despesas do sistema de estacionamento rotativo
- b) Proposta de sistema de mensuração de desempenho, com indicadores que permitam estabelecer e avaliar o nível dos serviços do sistema de estacionamento rotativo, contendo ainda a definição dos parâmetros a serem verificados, as metas, a metodologia de verificação e as consequências associadas ao seu descumprimento, se for caso



Modelagem Jurídica

Os estudos deverão detalhar justificadamente as definições fundamentais a serem incluídas nas minutas do Edital e do contrato, a saber

- a) Objeto de contratação;
- b) Critérios de julgamento da Licitação;
- c) Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira e demais requisitos para a celebração do contrato;
- d) Eventuais condições precedentes à assinatura do contrato;
- e) Prazo e valor estimado
- f) Mecanismo de remuneração do concessionário e fontes de receitas do concessionário;
- g) Mecanismo de risco e medidas mitigatórias de eventual responsabilização da Administração Pública Municipal no tocante aos serviços;
- h) Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória pelo concessionário;
- i) Sanções e penalidades aplicáveis na hipótese de infração;
- j) Mecanismo de fiscalização do contrato;
- k) Estrutura de garantias;
- l) Bens reversíveis;
- m) Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos;
- n) Aspectos tributários da contratação
- o) Analisar qual o melhor enquadramento da modalidade de Concessão (comum, patrocinada e administrativa)
- p) Elaborar os termos de minuta de edital de licitação e contrato da contratação da Concessão.

Modelagem Econômica – Financeira

A modelagem econômica – financeira deverá contemplar estudo da viabilidade e sustentabilidade do projeto do ponto de vista econômica – financeiro, que incluirá demonstração dos resultados quantitativos para estimados para o projetos para o Projeto, dimensionamento das garantias a serem oferecidas pelos agentes públicos e privados e alocação contratual de riscos.



Os estudos deverão expressar todos os valores em reais (R\$), além de considerar a Norma Contábil e o Regime Fiscal vigente do país. Análise de viabilidade econômico financeira deve envolver os seguintes estudos:

- a) Análise econômica da modalidade de contratação do Projeto, residente na concessão comum, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, “*Value for Money*”, dentre outros;
- b) Modelo financeiro detalhado em planilha eletrônica do tipo *Microsoft Excel* que comprove a viabilidade financeira do Projeto, seguindo as práticas contábeis e fiscais vigentes à época da sua preparação;
- c) Relatório explicativo da modelagem econômico-financeira, contendo a justificativa de todas as premissas utilizadas;
- d) Construção da Matriz de Risco
- e) Plano de negócios.

O modelo financeiro e o respectivo relatório devem apresentar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, quando aplicável:

- a) Premissas macroeconômicas e financeiras;
- b) Avaliação e justificativa para a Taxa Interna de Retorno (TIR) adotada, se aplicável;
- c) Premissas fiscais e tributárias;
- d) Descrição da estrutura de capital (próprio e/ou de terceiros);
- e) Descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, *hedge* etc.), caso aplicável, bem como o montante, o prazo e as condições de financiamento;
- f) Cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação, caso haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável;
- g) Todas as fontes de receita;
- h) Premissas para projeção de capital de giro;
- i) Custos e despesas;



j) Premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, caso prevista; redução de capital etc.).

Os principais resultados do modelo financeiro deverão incluir, se aplicável:

k) Estimativa de receitas auferidas pelo concessionário com a exploração comercial, bem como receitas acessórias, alternativas e complementares;

l) Taxa Interna de Retorno do projeto (TIR);

m) Alavancagem financeira máxima;

n) Produção de indicadores, a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), *payback* etc;

o) Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;

p) Avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado;

q) Ano do primeiro retorno de *equity*;

r) Primeiro e último ano de pagamento das dívidas;

s) Contrapartidas a serem pagas em razão da exploração da área e dos serviços prestados; e

t) Outras que se julgar necessárias.

O modelo financeiro deverá incluir, se aplicável:

a) Painel de controle (sumário);

b) Premissas;

c) Demonstração de Fluxo de Caixa;

d) Demonstração de Resultados de Exercício;

e) Balanço Patrimonial;

f) Termos e condições de financiamento;

g) Investimento e manutenção periódica;

h) Custo e operação e manutenção;

i) Análise de sensibilidade;

j) Quadro de usos e fontes de recurso, ano a ano.

6.1 - Produtos Finais

Os agentes autorizados deverão entregar, como produto finais dos Estudos, a modelagens de Tráfego, Operacional, Econômico-financeira, Jurídica.

Duas sínteses do material deverão, ainda, ser entregues:

- a) 1(um) Sumário Executivo do Projeto, que sintetiza, em linhas gerais, todas as modelagens propostas;
- b) 1(um) Caderno de Encargos, que sintetiza, particularmente, as modelagens de tráfego, engenharia e operacional.

7. Formato e Protocolo dos Estudos

Os Estudos deverão apresentar conteúdo e linguagem compatíveis com sua destinação, além de seguir, o que está disposto no item 6 do Edital.

Os Estudos deverão ser protocolados na sede da SEMCOP no endereço indicado no preâmbulo do Edital.

8. Critério para Análise e Avaliação das Propostas de Projeto.

A análise e avaliação dos Estudos, a cargo da Comissão Especial de Licitação, será feita a partir dos critérios dispostos no item 8 do Edital do chamamento público. Devem ser considerados as análises dos critérios estabelecido para cada estudo e modelagem.

